

# **PORTADOR DE NECESSIDADE ESPECIAL: EDUCAÇÃO, ENSINO E TRATAMENTO ESPECIAIS**

*Roberto Dornas (Presidente da CONFENEN)*

## **DEFICIENTES FÍSICOS E OUTROS**

O atendimento do deficiente físico não oferece grandes dificuldades. É uma questão de adaptação e desenho de prédio, acomodações e mobiliário. No entanto, quando se fala em inclusão social a imagem desses é que são trazidas.

Os E.E. U.U. tiveram um presidente cadeirante; a Inglaterra, um rei gago. No Brasil, João Carlos Martins é um belíssimo exemplo de que vontade e tratamento adequado por especialistas superam dificuldades e limitações.

O portador de necessidades especiais precisa de cuidados, atendimento e tratamentos especiais e não de emocionalidade, pirotecnia, legislação demagógico-eleitoreira e falta de equilíbrio e bom senso. Precisa ser aceito e não de provocar naturais incômodos e resistência de outros, ainda que involuntária ou passivamente.

Somos deficiente físico. Além da velhice, que por si só já traz sérias limitações, adquirimos mais quatro, causadoras de várias dificuldades orgânicas, na locomoção e na permanência de pé.

Estamos submetidos a controle periódico por quatro especialistas diferentes, a um fisioterapeuta e a dez medicamentos combinados por dia.

Nem por isso pretendemos que toda clínica ou hospital disponha dos especialistas de que necessitemos ou que empresas aéreas retirem poltronas de passageiros para termos mais espaço. E ainda: que hospitais, clínicas e empresas aéreas arquem com os custos extraordinários de nossas necessidades ou que sejam eles rateados nos preços que outros usuários dos serviços, a maioria, paguem pelos cuidados especiais conosco.

Tudo se resume ao reconhecimento e consciência das limitações, de tratamento com especialistas competentes e de entender que o próximo e a sociedade não são responsáveis por limitações, nem por elas têm culpa ou têm que suportar os encargos a que estamos sujeitos. Basta que nos dêem a oportunidade de continuar desempenhando o que podemos e sabemos. E entendemos que não basta nos colocar no meio dos outros para que vençamos nossas dificuldades.

Não bem tratados, desde que se manifestam, podem provocar crises de incontida agressividade e incapacitam.

Por que, para educação e ensino, basta inserir o portador numa escola simples, comum, chamada regular, despreparada, sem equipe multidisciplinar muito

preparada, que não se propôs e não se estruturou para trabalhar com acerto com deficientes mentais?

E por que os outros alunos, não deficientes, têm que arcar com os custos variados e extraordinários dos portadores de necessidades especiais? Se lhes faltam os recursos, ao Estado cabe a obrigação de ampará-los.

A grande dificuldade é atendimento eficaz do portador de necessidades de natureza não física, que precisa de acompanhamento e tratamento por equipe altamente técnica.

Entre leves desvios comportamentais, desconcentração, pânico, ansiedades, angústias, alheamento, síndromes, transtornos, neuroses, psicoses e até psicopatias graves, em graus diferentes, arrolam-se mais de cinco mil deficiências. Ninguém imagina que as outras pessoas da sociedade, os não deficientes, tenham que arcar com as despesas de tratamento e medicamentos dos portadores de necessidade especial. O Estado, sim, tem a obrigação.

**Necessidade de Profissionais Especializados** - O atendimento de deficientes não físicos exige equipe de profissionais altamente especializados, competentes, que inclui acompanhantes, professores treinados, psicopedagogo, psicólogos, fonoatras, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicanalistas e psiquiatras.

Também, medicamentos, material e equipamento; portador de necessidade especial exige tratamento especial e não de caridade ou de jogá-lo entre comuns para se sentir igual ou verdadeiramente incluído.

**Falsa e Pecaminosa Inclusão Social** - Não se faz verdadeira inclusão social simplesmente pela colocação do portador de necessidade especial entre os que não são. Há, inclusive, dificuldade de convivência e interação, sendo até impossível o acompanhamento, a enturmação e a imitação, sem se falar em surtos de agressividade ou tentativa de suicídio.

Ensino e educação são bem diferentes de socialização e de mera frequência. Não se aprende apenas por socialização, assimilação e imitação. Escolas simples, comuns, que não se propuseram e não se prepararam para ministrar ensino especial; que não têm material, equipamento e pessoal altamente preparado, não são competentes para trabalhar, com eficiência e sucesso, os múltiplos tipos de deficiência, principalmente os de natureza não física.

Tentar isso é pecar imperdoavelmente contra o próprio deficiente, enganando-o com promessas falsas.

**O Papel da Família** - No atendimento, tratamento, educação e ensino do portador de necessidade especial, o papel da família é importantíssimo e imprescindível.



## **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO**

SCS - Quadra 02 - Bloco B - Ed. Palácio do Comércio - Salas 1305 e 1307/11 - Brasília/DF

CEP 70318-900 - Fones: (61) 3226-4873 e 3226-8166 - Fax: (61) 3224-4326

<http://www.confenen.org> - E-mail: [confenen@confenen.org.br](mailto:confenen@confenen.org.br)

Infelizmente, a maior parte das famílias não assume sua indispensável função. Parece que sofre de um sentimento de culpa e se recusa a reconhecer as dificuldades e limitações de seus filhos.

Quer simplesmente deixá-los com dificuldades e limitações em escolas não especializadas, pretendendo apenas a frequência, notas, aprovação e certificação de conclusão de cursos e conhecimentos que não conseguiram atingir. E o que é pior: por preconceito, fogem de instituições como as APAES, escola especializada e escola pública. Na verdade, deixa seus filhos especiais em situação de abandono.

**Resultado** - A não ser em palavrório vazio, em leis demagógicas e na pose de politicamente corretos, a grande maioria de portadores de necessidades especiais formará uma legião de abandonados e enganados, se simplesmente matriculados em escolas comuns, simples, públicas ou privadas.